



Recomendação – Sessões descentralizadas

O poder local democrático, conquista maior da Revolução de Abril, foi responsável por trazer a democracia deliberativa e, com efeito, a soberania popular na escolha dos eleitos políticos a todo o território nacional. A democracia no poder local, de que esta Assembleia de Freguesia é corporização institucional, e a legitimidade das suas decisões devem sempre ser salvaguardadas por todos os que se guiam pelos valores da revolução vertidos na constituição de 1976.

Mas ter presente a legitimidade da democracia deliberativa no poder local não pode implicar que o diálogo entre eleitos e eleitores se faz apenas de quatro em quatro anos. Em cada eleição são sufragados projetos e visões distintas para a freguesia, mas não é sensato considerar que uma maioria nos órgãos eleitos confere uma legitimidade incondicional para tomar decisões durante o mandato. A realidade evolui, as opiniões da população também e é essencial que o poder eleito seja sensível a essa evolução.

A mais recente reação dos moradores da Rua João Lopes Raimundo, evidencia que a saudável ligação estreita entre eleitos e eleitores não está estabelecida. Não podemos tomar como normal que centenas de cidadãos sejam confrontados com um projeto que pretendia redefinir de forma profunda a envolvência do espaço onde residem apenas quando se iniciam os trabalhos de construção. A pronta ação dos moradores, socorrendo-se dos meios de intervenção cívica ao seu dispor, garantiu que o processo foi suspenso e que a intervenção será feita noutros moldes. Mas a sequência de eventos deve transmitir ensinamentos para o futuro.

No seu programa eleitoral, o Bloco de Esquerda defendeu a realização de sessões periódicas e descentralizadas junto das populações, em particular quando estavam em causa decisões estruturais para a interação dessas comunidades com o território. Essas reuniões deveriam servir para expor os projetos à população e recolher contributos e sugestões. Só este caminho, de construção conjunta de propostas e de envolvimento dos cidadãos, favorece o espírito de humildade política e estímulo à participação democrática que asseguram a vitalidade do poder local e a sua credibilidade junto da população. É certo que a participação dos cidadãos nos espaços onde são chamados a dar opinião nem sempre é expressivo. Não é difícil reconhecer que o frenesim interventivo das redes sociais não se traduz amiúde em maior participação efetiva. Mas ao poder local democrático exige-se que não desista de perseverar em cidadãos que não prescindem da sua capacidade de intervenção e escrutínio. As atitudes das pessoas não são invariantes às ações das instituições, em especial quando essas se estendem no tempo de forma consistente. Não podemos, por isso, esperar cidadãos com uma intervenção mais consequente, se não persistirmos em criar modalidades de ação política em que as pessoas sentem que a sua opinião conta.

Deste modo, a bancada do Bloco de Esquerda recomenda que:

- O executivo promova sessões descentralizadas junto da população, garantindo a informação atempada dos cidadãos e a recolha das suas sugestões e contributos.

Póvoa de Santa Iria, 30 de Junho de 2020,

Bancada do Bloco de Esquerda da Assembleia de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e do Forte da Casa